

MANAUS (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, que acaba de percorrer todo o Brasil para avaliar a força eleitoral do seu partido, afirmou ontem que não se repetirão em 1982 os resultados eleitorais de 1974, quando a oposição elegeu senadores em 16 Estados.

O quadro das possibilidades eleitorais do PDS, segundo Sarney, é o seguinte: na Região Nordeste vencerá em quase todos os Estados; no Norte, onde esteve no último fim de semana, a vitória será também mais ou menos total; no Centro-Sul o presidente do PDS espera uma vitória no Paraná e disputas equilibradas no Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

MAIORIA NA CÂMARA

O senador José Sarney disse que o seu partido elegerá o maior número de deputados e continuará majoritário na Câmara Federal e na maior parte das Assembleias Legislativas.

Segundo Sarney, o PDS é o partido que dispõe da mais vasta organização e além disso tem o maior número de deputados e vereadores, "o que lhe permite uma penetração maior nas bases eleitorais".

Apesar da confiança nos bons resultados, Sarney deixou claro que o objetivo do Governo não é vencer em todos os Estados, mas na maioria. Segundo ele, em caso de vitória esmagadora de um partido, mesmo o PDS, a reforma eleitoral ficaria prejudicada e, em consequência, a estratégia política do Governo.

A ESTRATÉGIA

Para viabilizar bons resultados eleitorais em 1982, o PDS pretende, segundo o senador José Sarney, desenvolver uma ação coordenada em todo o País, organizando os departamentos trabalhista, feminino e estudantil. Isto fará com que o partido alcance um nível de organização

bastante superior aos partidos de oposição.

Depois de concluídas as viagens de avaliação, a principal preocupação do presidente do PDS diz respeito à organização do partido. Sarney entende que o sucesso eleitoral, em plena vigência do pluripartidarismo, depende fundamentalmente da estrutura partidária. Em 1982, em sua opinião, o eleitorado estará mais dividido, em razão do pluripartidarismo.

Sarney disse que a sua missão consistiu numa avaliação de três itens: as condições eleitorais do partido, o exame das divergências políticas regionais, e as perspectivas das lideranças locais. Segundo ele, os problemas enfrentados pelo partido diferem em cada Estado. Em alguns, as condições políticas e eleitorais são boas, enquanto as lideranças são deficientes. Em outros, a situação é inversa: as lideranças são competentes politicamente, mas o partido não tem boas chances eleitorais.

Klein: PMDB deve apresentar projeto sobre prerrogativas

BRASILIA (O GLOBO) — O PMDB deverá apresentar projeto próprio restaurando as prerrogativas do Legislativo: a opinião e do líder na Câmara, Odacir Klein, que, nos próximos dias, proporrá esse caminho ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, por considerar a tática de concessões prévias para viabilizar a restauração das prerrogativas "inefcaz e desgastante".

Klein, que buscará também o apoio do líder no Senado, Marcos Freire, disse que o PMDB não pode repetir o erro cometido no ano passado.

— O PMDB, na tentativa de reconquistar algumas das prerrogativas subtraídas ao Legislativo, participou de uma comissão interpartidária, na qual fez muitas concessões, tendo sido então elaborada uma proposta tímida. Essa proposta foi

ainda reduzida pelo Governo, através de um substitutivo inaceitável le elaborado pelo relator, senador Aloysio Chaves, na comissão mista. A nossa posição, correta, de não aprovar este substitutivo foi considerada intolerante. Não podemos aceitar que isso se repita.

DEFINIÇÃO

O líder do PMDB na Câmara informou que, no máximo no início de maio, o seu partido apresentará ao Congresso suas propostas de reforma eleitoral, requerendo urgência para a tramitação.

— Com isso — explicou —, tentaremos obter uma definição imediata das regras do jogo para as eleições de 1982, impedindo que o Governo prossiga em sua tática de protelar decisão.

Mariz acha acordo difícil

O líder em exercício do PP, deputado Antônio Mariz, considera difícil a conclusão de um acordo entre Governo e oposição sobre as prerrogativas do Congresso.

Para Mariz, o que impede o entendimento é "a intransigência do Governo" quanto à extensão das imunidades parlamentares, e o dispositivo que permite a aprovação de legislação através do decurso de prazo.

Mariz discorda da proposta de exclusão dos chamados crimes contra a honra do âmbito das imunidades parlamentares, dizendo que "o exercício do poder de fiscalização implica frequentemente a denúncia de atos administrativos irregulares, o que pode facilmente ser confundido com calúnia, porque os crimes da lei penal estão incluídos na LSN quando o objeto é uma autoridade".

—E justamente no capítulo dos crimes contra a honra — disse — que está situada a necessidade maior de proteção ao parlamentar, não para que ele possa dispor da honra alheia, mas para que possa exercer o poder de fiscalização. Os processos em curso contra parlamentares são muito ilustrativos da intolerância com que as autoridades do Executivo recebem as críticas produzidas na tribuna do Congresso.

Mariz lembrou que a inclusão dos crimes contra a honra dentro dos cobertos pelas imunidades faz parte da tradição constitucional brasileira, e afirmou que "a quebra da inviolabilidade da tribuna implica cerceamento ao exercício do mandato popular".

Collares quer debate amplo

O líder do PDT na Câmara, Alceu Collares, disse ontem que é contra um acordo entre Oposição e Governo a respeito das prerrogativas no Congresso enquanto a discussão se limitar às questões das imunidades e do decurso de prazo.

— E preciso iniciar-se a grande discussão em torno da devolução plena de nossas prerrogativas — afirmou Collares, que propõe a extensão do debate para incluir temas como o poder de fiscalização e a iniciativa do Congresso em questões orçamentárias.

ARTIGO 57

O deputado Alceu Collares defendeu a reforma do artigo 57 da Constituição, que

dá competência exclusiva ao Presidente da República para legislar sobre questões que — diz ele — deveriam ficar no âmbito do Legislativo.

— A iniciativa quanto às leis orçamentárias, a criação de cargos, a organização administrativa e judiciária, a concessão de anistia, o direito de autoconvocação, o poder de fiscalização dos atos do Executivo: são todos poderes do Legislativo, usurpados pelo Executivo.

Segundo Collares, os deputados Flávio Marcellio, Célio Borja e Djalma Marinho, que se empenharam na defesa da emenda arquivada "estão querendo muito pouco, e o regime, como bom comerciante, ainda vai dar muito menos".